

Informativo Semanal

#COVID19



AJUFE

19/11

Projeto da OIM, em parceria com a Ajufe, vai basear ações para enfrentamento ao tráfico de pessoas no sistema de justiça

A secretária-geral da Ajufe, Clara Mota, reuniu-se, nesta quinta-feira (19/11), com representantes da Organização Internacional para as Migrações (OIM) para debater o projeto “Fortalecendo a Capacidade do Sistema de Justiça para Prevenir e Processar o Tráfico de Pessoas e Crimes Relacionados no Brasil”.

A iniciativa é um desdobramento do termo de cooperação entre as instituições, firmado em 2018, e conta com apoio do Conselho Nacional de Justiça, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) e da Escola de Magistrados do TRF3 (EMAG). A partir desse projeto, financiado pelo Fundo da OIM para o Desenvolvimento, serão realizadas ações para o enfrentamento ao tráfico de pessoas.

[Continue lendo...](#)

19/11

TRF5 adere ao “Juízo 100% Digital”

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5 aderiu ao “Juízo 100% Digital”, instituído pela Resolução nº 345/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A medida foi aprovada nesta quarta-feira (18), durante a sessão do Pleno. A iniciativa considera, entre outros pontos, a constante necessidade de modernização do Poder Judiciário e de incorporar novas tecnologias na prestação de seus serviços.

O “Juízo 100% Digital” prevê que todos os atos processuais, inclusive audiências e sessões de julgamento, serão realizados sem necessidade de comparecimento presencial das partes ou dos advogados e procuradores. A escolha em aderir à modalidade, no entanto, é facultativa e será exercida pela parte demandante no momento da distribuição da ação, podendo a parte demandada se opor a essa opção até o momento da contestação.

[Continue lendo...](#)

19/11

Fabricante de cervejas não possui obrigação de manter-se inscrita no Conselho Regional de Química

Em sessão telepresencial de julgamento realizada na última semana (11/11), a 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) confirmou o direito de uma fábrica de cerveja, localizada no município de Guabiruba (SC), de não ser obrigada a manter registro no Conselho Regional de Química da 13ª Região (CRQ/SC), bem como da contratação de profissional químico habilitado. A decisão foi

proferida pelo colegiado de forma unânime ao negar um recurso interposto pelo CRQ/SC.

A Seleção Natural Fábrica de Cerveja Ltda. ajuizou a ação, em junho deste ano, contra o Conselho.

[Continue lendo...](#)

19/11

Ex-funcionário público que fraudou sistema para beneficiar companheira com Bolsa Família tem condenação mantida

Um ex-funcionário público da Secretaria de Assistência Social e Habitação do município de Brusque (SC) que se utilizou do cargo para alterar dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), e assim, beneficiar indevidamente a sua companheira, teve a condenação penal mantida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) nesta terça-feira (17/11). Por unanimidade, a 7ª Turma da Corte negou provimento ao recurso de apelação criminal do réu e manteve válida a sentença da Justiça Federal de Santa Catarina que condenou o homem pelo crime de inserção de dados falsos em sistema de informações, previsto no artigo 313-A do Código Penal brasileiro.

[Continue lendo...](#)

19/11

TRF4 assina cessão de uso do SEI com nove instituições

Em solenidade online ocorrida hoje (18/11), nove instituições formalizaram acordos de cooperação técnica para a cessão do direito de uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região. As instituições são a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a Universidade Federal de Catalão, em Goiás (UFCAT), a Universidade Federal do Tocantins (UFT), a Universidade Federal do Cariri, em Juazeiro do Norte, Ceará (UFCA), a Universidade de Integração Internacional de Lusofonia Afro-Brasileira do Ceará (Unilab), o Ministério Público do Estado de Pernambuco (MPPE), o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) e o Tribunal de Contas do Estado de Roraima (TCERR).

A cerimônia foi conduzida pelo presidente do TRF4, desembargador federal Victor Luiz dos Santos Laus. Na abertura do encontro, que contou com a presença dos representantes das instituições e foi transmitido ao vivo pelo YouTube, Laus enfatizou que, “em tempos de pandemia, que tem tirado vidas e trazido desesperança, a união de esforços entre as entidades, por certo, permitirá que os escassos

recursos administrados pelas instituições públicas deixem de ser gastos com aquisição, manutenção ou evolução de caríssimos programas privados para serem realocados em áreas estratégicas para o desenvolvimento humano, como saúde, educação e segurança”.

[Continue lendo...](#)

18/11

Justiça Federal determina mudanças na execução do Plano Básico Ambiental Indígena de Belo Monte

Uma decisão da Justiça Federal em Altamira, no sudoeste do Pará, determinou mudanças na execução do Plano Básico Ambiental Indígena de Belo Monte. A Justiça reconheceu que as medidas de compensação promovidas pela Norte Energia provocaram interferências nos traços culturais, no modo de vida e no uso das terras pelos povos indígenas.

A liminar também determinou que a União e a Funai apresentem um cronograma para a conclusão dos processos de regularização fundiária das terras indígenas Paquiçamba, do povo Juruna e Cachoeira Seca, do povo Arara, no prazo de 90 dias. Para a Justiça, a situação dos povos atingidos por Belo Monte é de vulnerabilidade e vem se agravando, com ações insuficientes executadas até então.

[Continue lendo...](#)

18/11

Justiça Federal fará doação de computadores e servidores de rede de até R\$ 25 mil; veja regras

A Justiça Federal no Tocantins abriu um edital para doação de computadores servidores de rede que não estão sendo utilizados no estado. Serão doados microcomputadores e servidores de rede que tem preço de compra entre R\$ 25 mil e R\$ 3 mil.

Podem participar do edital os órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, autarquias, empresas públicas ou sociedade de economia mista, entidades beneficentes de assistência social e as organizações da sociedade civil de interesse público.

[Continue lendo...](#)

18/11

Justa Prosa traz entrevista sobre o papel do Judiciário no enfrentamento à desigualdade social

O 13º episódio da série Tempo de Pandemia: Justiça, trabalho e saúde em época de coronavírus, do podcast Justa Prosa, traz uma entrevista com o desembargador federal Roger Raupp Rios sobre o

papel do Poder Judiciário na construção de mais igualdade social, levando-se em conta as mudanças do cenário global provocadas ou intensificadas pela pandemia de Covid-19. Rios foi vencedor do 1º Concurso Nacional de Decisões Judiciais e Acórdãos em Direitos Humanos, promovido em 2017 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na categoria Direitos das Mulheres.

O podcast já está disponível no Portal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), bem como na página da Rádio TRF4 na plataforma de streaming de áudio Spotify e na playlist da Rádio TRF4 no canal do Tribunal no YouTube.

[Continue lendo...](#)

18/11

JFRS realiza ações solidárias no final do ano

O corpo funcional da Justiça Federal do RS (JFRS), além de desenvolver o trabalho de excelência da instituição, também transforma o desejo de ajudar o próximo em ações solidárias. Este ano, por conta da crise econômica provocada pela pandemia da covid-19, diversas iniciativas foram realizadas para contribuir com entidades que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade social. Para encerrar o ano e promover um pouco do espírito natalino, o iNOVATCHÊ (laboratório de inovação) e a Comissão de Responsabilidade Socioambiental promovem as campanhas de doação de cestas de Natal destinadas a pessoas carentes e uma feira virtual voltada a exposição de produtos artesanais, em que os valores das inscrições serão revertidos na compra de materiais escolares.

Além de sua missão jurisdicional, a Justiça Federal gaúcha entende a responsabilidade social que lhe compete como órgão comprometido com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (da Agenda ONU 2030), devendo realizar ações de impacto positivo na sociedade. Ações essas que são desenvolvidas por juízes, servidores, estagiários e colaboradores da instituição que se movem pelo desejo de poder contribuir para a construção de uma sociedade mais justa.

[Continue lendo...](#)

18/11

TRF3 mantém condenação de administrador por sonegação de R\$ 5 milhões

A Quinta Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) manteve a condenação de um sócio-administrador de empresa de borrachas, localizada em Guarulhos/SP, pela sonegação de aproximadamente R\$ 5 milhões em tributos federais. Para o colegiado, ficou comprovada a prática de crime contra a ordem tributária pela redução de

tributo, de contribuições sociais e prestação de declaração falsa às autoridades fazendárias.

[Continue lendo...](#)

18/11

TRF3 condena ex-funcionárias do INSS por fraude contra a Previdência

A Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), por unanimidade, confirmou a condenação de duas ex-funcionárias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) acusadas de fraude contra a Previdência Social, que causaram prejuízo de R\$ 749 mil aos cofres públicos.

Segundo a decisão, as rés devem ressarcir os valores; pagar multa civil de dez vezes o montante da última remuneração recebida antes da demissão e, ainda, R\$ 25 mil a título de indenização por dano moral, cada uma.

[Continue lendo...](#)

18/11

Plano de saúde deve custear procedimento com ultrassom de alta intensidade contra câncer

A Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) determinou que o plano de saúde contratado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) ofereça cobertura das despesas com procedimento de ultrassom de alta intensidade (HIFU) a um aposentado diagnosticado com câncer de próstata. O tratamento foi indicado pelos médicos do Hospital A. C. Camargo, em São Paulo.

Para o colegiado, os documentos apresentados demonstram que a terapia médica que resta ao autor é o HIFU, tendo em conta a classificação de alto risco da cirurgia convencional, já que o paciente tem idade avançada e comorbidades cardíacas e pulmonares.

[Continue lendo...](#)

18/11

Apresentação de documentos pode atestar características fenotípicas para aprovação em sistema de cotas

A 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) manteve, de forma unânime, a sentença da 16ª Vara Federal Cível de Minas Gerais que confirmou o direito de um universitário se matricular no curso de Geologia pelo sistema de cotas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Conforme o processo, a Comissão de Heteroidentificação da UFMG desconsiderou registros como fotos e documentos expedidos por órgãos públicos apresentados pelo autor que

comprovavam a declaração de pardo atestada no momento da inscrição.

[Continue lendo...](#)

18/11

Plano de saúde deve cobrir tratamento de doença ainda que o procedimento não seja previsto pela ANS

Um beneficiário de plano de saúde acionou a Justiça Federal a fim de garantir a cobertura da realização de tratamento cirúrgico para epilepsia com a colocação de estimulador de nervo vago. O procedimento foi negado pela operadora do plano com a justificativa de que o tratamento é ineficaz na maioria dos casos.

A 6ª Turma do TRF1 entendeu que cabe somente ao médico do paciente estabelecer o tratamento para curar ou amenizar os efeitos da doença, sendo dever do plano a garantia de que o segurado receba o tratamento adequado e necessário para a saúde do cliente.

[Continue lendo...](#)

18/11

Mantida a condenação de mulher que utilizou cédulas falsas no comércio

A 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) manteve a condenação de uma denunciada da prática do crime de moeda falsa à pena de três anos e seis meses de reclusão. A decisão manteve a sentença do Juízo Federal da 11ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais.

De acordo com a denúncia, a acusada foi flagrada pela polícia militar repassando cédulas falsas de R\$100,00 em uma feira de artesanatos e em uma estação do metrô de Belo Horizonte/MG.

[Continue lendo...](#)

18/11

Comércio em cidades próximas de rodovias urbanas pode vender bebida alcoólica

A 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) confirmou, por unanimidade, a sentença que autorizou a continuidade da venda de bebidas alcoólicas em comércio próximo de rodovias urbanas. A decisão suspendeu definitivamente os efeitos dos autos de infração e de notificação aplicados pela União a uma empresa que, prejudicada em sua atividade comercial, ajuizou ação junto à Justiça Federal. O entendimento do primeiro grau foi o de que os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade não foram observados pelo ente público.

Na apelação ao TRF1, a União sustentou que a ideia de proporcionalidade não é suficiente para desfazer

sua atuação fiscalizadora.

[Continue lendo...](#)

18/11

Negada a reintegração de militar temporário para tratamento de saúde diante da falta de comprovação de que ele necessita de tratamento médico

Um militar temporário do Exército Brasileiro (EB) licenciado devido à conclusão do tempo de serviço teve seu pedido de reintegração negado para fins de tratamento de saúde. A decisão foi da 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) que reformou a sentença do Juízo Federal da 2ª Vara da Subseção Judiciária de Imperatriz/MA.

Em suas alegações, o autor sustentou que seu licenciamento foi ilegal, uma vez que, em virtude de uma hérnia de disco na coluna vertebral adquirida durante a atividade militar, ele encontrava-se incapaz para o trabalho e necessitava de tratamento médico.

[Continue lendo...](#)

18/11

TRF1 mantém multa do Inmetro pela comercialização de produto com quantidade menor que a informada na embalagem

A 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) confirmou, à unanimidade, a sentença, da 2ª Vara Federal de Goiás, que manteve o auto de infração do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) a uma empresa de laticínios pela comercialização de produto com quantidade menor que a informada no rótulo.

De acordo com informações do processo, o estabelecimento foi multado por anunciar na embalagem de leite em pó que havia 800g do produto, mas esse conteúdo não foi verificado pelo Inmetro.

[Continue lendo...](#)

18/11

Primeira Região Digital: unidades transformam processos físicos em eletrônicos e migram para o PJe

Desde a implementação e a ampliação do Projeto de Transformação Digital, as unidades judiciárias da Primeira Região têm unido esforços para tornar seus acervos completamente eletrônicos de forma a digitalizar processos físicos e migrar autos de outros sistemas para o Processo Judicial Eletrônico (PJe) sem que isso interfira na rotina de trabalho dos setores.

Somente no TRF1, foram mais de 247 mil processos digitalizados e/ou migrados para o PJe, contribuindo

para que o órgão atinja a faixa de 466 mil autos eletrônicos tramitando por um único sistema (82% do acervo), o que proporciona agilidade e eficiência na prestação de serviços aos cidadãos.

[Continue lendo...](#)

17/11

Evento discute desjudicialização da Previdência

Em evento online ocorrido nesta segunda-feira (16/11), a Escola da Magistratura (Emagis) do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) discutiu o papel do Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS) na desjudicialização da área. Na abertura do encontro, o diretor da Emagis, desembargador federal Márcio Antônio Rocha, destacou que mais de 50% da capacidade de trabalho do Judiciário é diretamente impactada pelos litígios referentes à Previdência Social. "É um tema preocupante, porque as demandas permanecem ao longo dos anos e, por isso, a importância do evento, que promove um debate importante que precisa ser feito", disse. A coordenação científica ficou a cargo do juiz federal Erivaldo Ribeiro dos Santos. As contribuições do debate farão parte de um relatório a respeito das possíveis soluções a serem aplicadas aos problemas constatados.

[Continue lendo...](#)

18/11

Ajufe lança canal de podcast para debater temas que envolvem o Poder Judiciário Federal

A Associação dos Juizes Federais do Brasil lança, nesta sexta-feira, dia 20 de novembro, o Podcast "Justiça Federal em Debate". A iniciativa trará, todo mês, debates de temas importantes que envolvem o Poder Judiciário Federal em formato de podcast, disponível nas plataformas Spotify, Apple Music, Google Podcasts, entre outros.

A fim de celebrar o mês da Consciência Negra, os cinco primeiros episódios do podcast falarão sobre Racismo no Poder Judiciário, questões raciais e o sistema carcerário, racismo ambiental, racismo e colonialidade, e ações afirmativas. Para debater esses temas, foram convidados magistrados federais, juristas e especialistas engajados na luta contra o preconceito racial.

[Continue lendo...](#)

17/11

Obra da Editora JC propõe reflexão sobre a magistratura do futuro

Está disponível para download a obra "Magistratura do Futuro", organizada pelo ministro do Superior

Tribunal de Justiça (STJ) Luis Felipe Salomão e lançada pela Editora JC. O ex-presidente da Ajufe, Fernando Mendes, é um dos autores do livro.

O título trata-se de um diagnóstico originado por duas importantes pesquisas sobre os juízes brasileiros – “Quem somos. A Magistratura que queremos”, de 2018; e “Estudo da imagem do Judiciário brasileiro”, de 2019, e é composto por artigos de magistrados, acadêmicos e juristas, que traçam projeções para o futuro da magistratura.

[Continue lendo...](#)

17/11

Conheça a cartilha Juízo 100% Digital do CNJ

O Juízo 100% Digital será um avanço para o Judiciário brasileiro e faz parte das prioridades de gestão para o biênio 2020-2022 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Nas varas onde o Juízo 100% Digital for implantado, as audiências e sessões serão realizadas por videoconferência, com o mesmo valor jurídico dos demais atos processuais.

[Continue lendo...](#)

16/11

Tribunal revoga medida que proibia Wilson Quintella de viajar para o exterior

Por unanimidade, a 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) revogou a medida cautelar da Justiça Federal do Paraná que havia retido o passaporte do ex-presidente da Estre Ambiental, Wilson Quintella Filho.

A decisão do colegiado foi proferida na última semana (11/11), ao julgar um habeas corpus (HC) em que a defesa de Quintella alegou não existir risco de fuga nem à instrução do processo penal no qual ele é réu no âmbito da Operação Lava Jato.

[Continue lendo...](#)

16/11

Juiz manda governo federal pagar auxílio de R\$ 1,2 mil no Amapá

O juiz federal João Bosco Costa Soares da Silva determinou nesta sexta-feira (13) que a União pague R\$ 1.200 de auxílio emergencial às famílias carentes de 13 municípios atingidos pelo apagão no Amapá.

A CNN teve acesso à decisão. O magistrado determinou o pagamento de duas parcelas do benefício no valor de R\$ 600 cada. De acordo com a decisão, a medida deve ser viabilizada pelo governo federal em até dez dias.

[Continue lendo...](#)

16/11

Mantido o desconto em folha de pagamento da contribuição sindical de associação gaúcha de servidores federais

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) confirmou nessa semana (10/11) uma decisão da Justiça Federal do RS que autorizou que a Associação Gaúcha dos Servidores Federais Aposentados e Pensionistas (AGASAI) mantenha o desconto da mensalidade sindical, na folha de pagamento dos servidores membros. A decisão foi proferida por unanimidade pela 3ª Turma da Corte em sessão telepresencial de julgamento.

Em julho de 2019, a AGASAI havia ingressado com uma ação civil pública contra a União para que não fossem aplicados à entidade os efeitos da Medida Provisória nº 873/2019, que vedou o desconto em folha de mensalidades associativas e sindicais.

[Continue lendo...](#)

16/11

TRF4 julga recurso do caso do Consórcio Novo Cenpes

Durante sessão telepresencial de julgamento ocorrida nesta quarta-feira (11/11), o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou provimento ao recurso de embargos de declaração interposto por três réus condenados no processo referente ao contrato firmado pelo Consórcio Novo Cenpes com a Petrobras, no âmbito da Operação Lava Jato.

Por unanimidade, a 8ª Turma da Corte manteve inalteradas as condenações que havia estabelecido no julgamento da apelação criminal dessa ação, realizado em agosto deste ano.

[Continue lendo...](#)

16/11

TRF3 declara nula a transferência da concessão do serviço de radiodifusão da Abril para a Spring Televisão

A Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) acolheu pedido do Ministério Público Federal (MPF) e reconheceu a invalidade, caducidade e nulidade da concessão do serviço de radiodifusão outorgado à Abril Radiodifusão S/A, em razão da transferência ilegal do serviço público à Spring Televisão S/A. O negócio foi realizado sem a participação da União, em dezembro de 2013.

A turma condenou as empresas e a União, por omissão, ao pagamento de danos morais coletivos em 10% do valor da transmissão, que foi realizada por R\$ 290 milhões. A União deverá licitar novamente o serviço por intermédio do Ministério das Comunicações.

[Continue lendo...](#)

16/11

Enfam abre inscrição para seleção de grupos de estudos do mestrado

Pesquisadores interessados em participar dos grupos de estudo, pesquisa e inovação do programa de pós-graduação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) poderão participar do processo seletivo, a ser realizado no início de novembro.

Os grupos têm múltiplos objetivos, entre eles estimular a produção científica e tecnológica do programa e favorecer a integração de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, se propõem a incentivar intercâmbios e parcerias nacionais e internacionais para a difusão do conhecimento.

[Continue lendo...](#)

15/11

Fórum da Ajufe que trata dos Juizados Especiais Federais ocorre em novembro com participações presenciais e à distância

Entre 23 e 25 de novembro, a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) realiza a 17ª edição do Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais (Fonajef), a ocorrer com participações presenciais, em Brasília (DF), e transmissão virtual pelo canal da entidade no Youtube.

O objetivo do fórum é discutir temas relacionados aos Juizados Especiais Federais (JEFs), buscando aprimorar seu funcionamento por meio do debate a respeito das mais diversas situações vivenciadas pelos juizes federais que atuam nestes órgãos da Justiça Federal.

[Continue lendo...](#)

13/11

Ajufe participa da abertura do XI Workshop do Sistema Penitenciário

O presidente da Ajufe, Eduardo André, participou, nessa quinta-feira (12/11), da abertura do XI Workshop do Sistema Penitenciário, que ocorre até esta sexta-feira (13/11). O evento é uma iniciativa do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ) e do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), e é voltado a magistrados que atuam na área de execução penal.

O Workshop foi aberto pelo ex-presidente da Ajufe, Walter Nunes, que destacou a importância do encontro como forma de aproximar, proporcionar a troca de experiências e apresentar soluções para o aprimoramento do conhecimento da realidade dos diferentes órgãos que cuidam da execução penal no âmbito federal.

[Continue lendo...](#)

13/11

Ajufe participa de audiência na Câmara sobre mudanças na Lei de Lavagem de Dinheiro

O ex-presidente da Ajufe, desembargador federal Nino Toldo, representou a associação nesta sexta-feira (13/11), durante audiência virtual da Câmara dos Deputados para discutir mudanças na Lei de lavagem de dinheiro. O encontro é uma iniciativa da comissão de juristas formada para elaborar um anteprojeto de lei sobre a lavagem de dinheiro. O ministro Reynaldo Soares da Fonseca coordena o grupo.

Em sua exposição, o desembargador federal Nino Toldo, avaliou que o trabalho de combate à lavagem de dinheiro passa pelo aperfeiçoamento da legislação brasileira, mas sem deixar de lado a construção jurisprudencial.

[Continue lendo...](#)

13/11

Obra organizada pelo desembargador federal João Pedro Gebran Neto fala sobre colaboração premiada e conta com prefácio de Sergio Moro

A Ajufe comunica o lançamento da obra "Estudos sobre colaboração premiada - Perspectivas acadêmicas e práticas", organizada pelo desembargador federal João Pedro Gebran Neto e prefaciada por Sergio Moro. Dentre os autores, magistrados federais e juristas de variados matizes profissionais versam sobre o tema. O livro está sendo lançado pela editora Verbo Jurídico.

No site da editora, a obra é sintetizada da seguinte forma: "Estudos sobre colaboração premiada - Perspectivas acadêmicas e práticas. O instituto da colaboração premiada, previsto na Lei nº 12.850/2013, representa a mais eficaz ferramenta no combate à criminalidade organizada e sofisticada, como a corrupção, a lavagem de dinheiro, fraude à licitação e tráfico de drogas. A par da importância, o instituto apresenta desafios à doutrina e a jurisprudência quanto a sua aplicação prática, o que ganhou novo capítulo com a publicação da Lei nº 13.964/2019, conhecida como pacote anticrime, com vigência a partir de 23 de janeiro de 2020. Assim, os estudos aqui apresentados representam o que há de mais atual e pertinente sobre o tema, valorizando sobremaneira a diversidade de opiniões e experiências, vez que produzidos por renomados juristas de variados matizes profissionais".

[Continue lendo...](#)



AJUFE

Associação dos Juizes Federais do Brasil